



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

2012

Senhores Acionistas,

A Administração da Arizona 1 Energia Renovável S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 que representam a situação da Sociedade no período mencionado. Estamos ao inteiro dispor de Vossas Senhorias para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2013. **A Administração.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

ATIVO	Notas	Em milhares de reais		Notas	Em milhares de reais	
		31/12/12	31/12/11		31/12/12	31/12/11
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	3	51.560	161	6	470	-
Títulos e valores mobiliários	4	-	1	7	1.208	-
Impostos e contribuições a recuperar		558	-	8	101	-
TOTAL DO CIRCULANTE		52.118	162	10	294	-
					2.073	-
NÃO CIRCULANTE						
Títulos e valores mobiliários	4	2.168	-	7	55.416	-
Imobilizado	5	36.416	754	10	-	914
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		38.584	754		55.416	914
TOTAL DO ATIVO		90.702	916		33.213	2
					90.702	916

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações Gerais

A empresa Arizona 1 Energia Renovável S.A. é uma sociedade de propósito específico (SPE), 100% FE Participações S.A., que é uma SPE 100% Força Eólica do Brasil S.A. Arizona 1 Energia Renovável S.A. é proprietária do projeto eólico Arizona 1, produto do segundo leilão de fontes alternativas da ANEEL, em 2010. Está localizado no município de Rio do Fogo (RN) com operação prevista para o segundo semestre de 2013. Este parque eólico conta com a implantação de 14 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 28 MW e energia contratada de 12,3 MW médios.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 30/01/2013, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

2 Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

Em 2012 as alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social ("IR e CS") com base no lucro real são de 25% e 9%, respectivamente.

2.4. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outros créditos.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

• Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

• Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos e financiamentos classificados como valor justo por meio do resultado, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

• Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.6. Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas-base das demonstrações contábeis, equivalentes ao seu valor justo.

2.7. Empréstimos, financiamentos

As obrigações em moeda nacional e estrangeira são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridas até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

2.8. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e na Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído, a título de dividendos, após destinação da reserva legal.

Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

A Companhia distribuiu juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

2.9. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa ("CPC 03").

2.10. Novos Pronunciamentos Contábeis

2.10.1 Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC em 2012

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2012.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações: ICPC 08 (R1) - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos - aprovado pela Deliberação CVM nº 683, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial - aprovado pela Deliberação CVM nº 687, de 4 de outubro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia. CPC 17 (R1)/IAS 11 - Contratos de Construção - aprovado pela Deliberação CVM nº 691, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 30 (R1)/IAS 18 - Receitas - aprovado pela Deliberação CVM nº 692, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 35 (R2)/IAS 27 - Demonstrações Separadas - aprovado pela Deliberação CVM nº 693, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação - aprovado pela Deliberação CVM nº 684, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

2.10.2 - Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB

Em junho de 2011, o *International Accounting Standards Board - IASB* emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 01/01/2013:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros - O IFRS 9 estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros.

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - O IFRS 10 inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36).

IFRS 11 Operações conjuntas - O IFRS 11 prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou onde haja controle compartilhado.

IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades - O IFRS 12 determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos nos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis Brasileiro, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/12	31/12/11
Caixa e depósitos bancários à vista	23	22
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	51.537	139
Total	51.560	161

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

As aplicações financeiras são formadas, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, podendo conter diversos ativos tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

4 Títulos e Valores Mobiliários

Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/12	31/12/11
Banco do Brasil	Fundo BB Polo	(*)	CDI	2.168	1
Total				2.168	1
Circulante				-	1
Não circulante				2.168	-

(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado.

5 Imobilizado

O valor dos ativos imobilizados está composto da seguinte forma:

	31/12/12		31/12/11
	Custo	Valor líquido	Valor líquido
Em curso			
Edificações, obras civis e benfeitorias	6.965	6.965	-
Adiantamento a fornecedores	(a) 27.720	27.720	-
A ratear	(b) 1.731	1.731	754
	36.416	36.416	754
Total	36.416	36.416	754

(a) O saldo é referente ao adiantamento para o contrato de fornecimento de equipamentos e serviços essenciais para a construção dos parques eólicos.

(b) A rubrica "A ratear", destina-se ao reconhecimento dos custos realizados em benefícios da obra, que não sejam passíveis de alocação direta ao respectivo tipo de bem ou direito. A atual administração entende que a alocação dos custos será realizada na iminência de entrada em operação da usina; os custos serão rateados proporcionalmente aos custos diretos atribuídos a cada ativo, salvas as particularidades e naturezas dos custos a ratear.

A movimentação do Imobilizado está apresentada a seguir:

	Em curso		
	Custo	Valor líquido	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	754	754	754
Adições	35.662	35.662	35.662
Saldo em 31 de dezembro de 2012	36.416	36.416	36.416

6 Fornecedores

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

Fornecedores	31/12/12	31/12/11
Materiais e serviços	470	-
Total	470	-
Circulante	470	-

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/12	31/12/11
RECEITA LÍQUIDA	-	-
CUSTOS DOS SERVIÇOS	-	-
LUCRO BRUTO	-	-
LUCRO OPERACIONAL	-	-
Receitas financeiras	608	1
Despesas financeiras	-	-
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	608	1
Imposto de renda e contribuição social	(181)	-
Corrente	(181)	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	427	1
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO - R\$		
Ordinária	0,01	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais

	Reservas de Lucros				Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Total do Patrimônio Líquido
	Capital Social	Reserva Legal	Retenção de Lucros Acumulados	Lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1	-	1	(1)	-	1
Aumento de capital	32.886	-	-	-	-	32.886
Lucro líquido do exercício	-	-	-	427	-	427
Destinações:						
Reserva Legal	-	21	-	(21)	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	(405)	304	(101)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	32.887	21	1	-	304	33.213

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais

	31/12/12	31/12/11
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício (antes dos impostos)	608	1
	608	1

(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS

IR e CSLL a recuperar	(132)	-
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(217)	-
	349	-

AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS

Fornecedores	470	-
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	(352)	-
Partes relacionadas	(620)	914
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) pagos	(39)	-
	(541)	914
	(282)	915

CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(35.037)	(754)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(2.167)	-
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(37.204)	(754)

ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO

Arizona

Arizona 1 Energia Renovável S.A. CNPJ nº 11.944.524/0001-57 Companhia Fechada



→ Continuação

10 Saldos e Transações com Partes Relacionadas

Empresas	Natureza de Operação	31/12/12			31/12/11		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
CELPE	Debêntures - Aplicação/Emissão	181	-	-	-	-	-
		181	-	-	-	-	-
	Debêntures - Aplicação/Emissão	28	-	-	-	-	-
		28	-	-	-	-	-
ITAPEBI	Debêntures - Aplicação/Emissão	285	-	-	-	-	-
		285	-	-	-	-	-
FE PARTICIPAÇÕES	Dividendos	-	101	-	-	-	-
		-	101	-	-	-	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	Reembolso de Despesa	-	294	-	-	-	-
		-	294	-	-	-	-
NEOENERGIA S.A.	Contrato de Mútuo	-	-	(23)	-	914	-
		-	-	(23)	-	914	-

11 Gestão de Risco Financeiro

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

Considerações Gerais e Políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da *holding*. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem *rating* considerado estável ou muito estável.

Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os períodos de 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Em 31 de dezembro de 2012, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - são classificados como mantido para negociação. O valor justo está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;
- Títulos e valores mobiliários - são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Além disso, os títulos e valores mobiliários também representam os fundos exclusivos compostos por papéis com vencimentos no longo prazo, sendo registrados, a valor justo por meio do resultado, e classificados como destinados para negociação imediata;
- Contas a receber de clientes e outros - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

- Empréstimos, financiamentos

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- Empréstimos, financiamentos em moeda nacional com o BNDES - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em geração de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

O quadro a seguir apresenta os valores dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e o nível de mensuração do valor justo por meio do resultado, de acordo com o CPC 40:

	Ativos (Passivos)			
	31/12/12		31/12/11	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	51.560	51.560	161	161
Títulos e valores mobiliários	2.168	2.168	1	1
Passivo				
Fornecedores	(470)	(470)	-	-
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(56.624)	(56.624)	-	-

CPC 40 Níveis de Hierarquia do Valor Justo

- Nível 1 - Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado;
- Nível 2 - Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3 - Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presente em mercado.

Fatores de risco

- Riscos financeiros

- Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras da Companhia. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2012, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados à TJLP.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo.

Operação	Risco	R\$ Mil		
		Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS				
Aplicações financeiras em CDI	Queda do CDI	1.195	896	598
PASSIVOS FINANCEIROS				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures				
Dívida em TJLP	Alta da TJLP	5.148	6.435	7.722

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte. Para os encargos de dívida foi considerada, no Cenário provável, a projeção de taxa de juros divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No Cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no Cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao Cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no Cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o Cenário II e uma redução de 50% para o Cenário III.

- Riscos de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. Em 31 de dezembro 2012 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 51.537.

A tabela abaixo demonstra o valor contábil dos fluxos de obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos e fornecedores, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	2013	2014	2015, 2016 e 2017	2018
	Menos de 1 ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Circulante				
Empréstimos e Financiamentos	1.208	-	-	-
Não Circulante				
Empréstimos e Financiamentos	-	3.500	10.500	41.416

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Laura Cristina da Fonseca Porto

Diretora-Presidente

Solange Maria Pinto Ribeiro

Diretora

CONTADORA

Claudia Almeida Santos Franqueira

CRC MG-068369/O-0-T-RJ